



CIDADÃO

PARTICIPA

Plataforma digital para o diálogo
nacional inclusivo em Moçambique

Relatório Mensal

28 de Abril – 28 de Maio de 2026



CIDADÃO

PARTICIPA

1. Sumário

O presente relatório apresenta os principais resultados alcançados nos primeiros 30 dias de implementação da plataforma digital “Cidadão Participa”, no âmbito do projecto coordenado pelo consórcio composto pelo Instituto para Democracia Multipartidária (IMD), Fundação MASC, Centro de Informática da Universidade Eduardo Mondlane (CIUEM) e a organização Decidim de Barcelona, com financiamento da Agência Catalã de Cooperação para o Desenvolvimento. A iniciativa surge num contexto de reforço da confiança nas instituições democráticas, promoção da participação do cidadão e fortalecimento do diálogo nacional inclusivo em Moçambique.

A plataforma “Cidadão Participa” foi concebida como um mecanismo digital inclusivo e participativo, permitindo aos cidadãos contribuir activamente para o Diálogo Nacional Inclusivo, através de debates sobre governação, descentralização, reconciliação nacional, reformas constitucionais e outros temas de interesse público. As contribuições submetidas são sistematizadas e canalizadas à Comissão Técnica do Diálogo Nacional Inclusivo (COTE), contribuindo para o processo de reflexão e construção de consensos nacionais.

O sistema funciona através de dois principais canais de participação: a plataforma web e o chatbot de WhatsApp, procurando garantir maior acessibilidade e aproximação dos cidadãos aos processos de tomada de decisão. O presente relatório consiste na sistematização das contribuições dos cidadãos registados entre os dias 28 de Abril e 28 de Maio de 2026.

2. Metodologia

No âmbito do processo de consulta pública sobre reformas estruturais previstas no Diálogo Nacional Inclusivo, foram recolhidas, na Plataforma “Cidadão Participa” contribuições de

cidadãos através do chatbot (WhatsApp) e da plataforma online. Durante o período em análise, foram realizadas diversas actividades de sensibilização, capacitação e mobilização comunitária em diferentes regiões do país. Destacam-se os workshops regionais realizados em Beira, Nampula e Maputo, bem como o evento oficial de lançamento da plataforma, que reuniu representantes da sociedade civil, instituições públicas, parceiros de cooperação e cidadãos. Paralelamente, foram conduzidas formações provinciais dirigidas às Organizações da Sociedade Civil (OSCs) nas províncias de Sofala, Manica e Tete, além das actividades da iniciativa “Escolas para Democracia” em Lichinga e Pemba.

No total, as actividades realizadas envolveram 577 participantes, dos quais 208 mulheres (36%) e 369 homens (64%). Os dados evidenciam um esforço consistente de descentralização, inclusão e promoção da participação cívica, envolvendo actores comunitários, juventude, OSCs e representantes locais em processos de diálogo e construção da paz. Embora persista uma predominância masculina em algumas actividades, observa-se uma participação feminina significativa nos diferentes espaços de debate e formação.

Relativamente ao uso da plataforma, foram registados 242 utilizadores, sendo 150 através da plataforma web e 92 via chatbot de WhatsApp. Adicionalmente, contabilizaram-se 355 visitas à página web e 288 sessões via chatbot. No âmbito da participação pública, foram registadas 120 comentários e contribuições dos cidadãos sobre propostas relacionadas com o Diálogo Nacional Inclusivo.

3. Principais Contribuição dos Cidadãos para o Processo

As contribuições abrangeram diferentes áreas de governação, incluindo defesa e segurança, justiça, economia,

Relatório Mensal

28 de Abril – 28 de Maio de 2026

recursos naturais, descentralização, apresentadas pelos participantes, administração pública e reconciliação organizadas por áreas temáticas de nacional. A presente sistematização reforma: resume as principais recomendações

Área de Reforma	Principais Contribuições / Recomendações	Nº de Comentários
Defesa e Segurança	<ul style="list-style-type: none">▪ Reforçar a subordinação das FDS ao poder civil e ao Estado de Direito.▪ Garantir a despartidarização, neutralidade e profissionalização das FDS.▪ Investir na formação contínua, ética profissional e combate à corrupção.▪ Adoptar abordagens integradas no combate ao terrorismo, incluindo reintegração de jovens e soluções políticas sustentáveis.▪ Reforçar o respeito pelos direitos humanos, uso proporcional da força e mecanismos de responsabilização.▪ Criar canais seguros de denúncia e fortalecer a supervisão independente.▪ Promover maior confiança entre cidadãos e FDS através da transparência e protecção de grupos vulneráveis.	10 (9 via WhatsApp; 1 via plataforma)
Assuntos Fiscais	<ul style="list-style-type: none">▪ Reforçar a justiça e progressividade fiscal.▪ Rever isenções e benefícios fiscais considerados injustos.▪ Aumentar a tributação de grandes empresas e multinacionais, sobretudo nos sectores extractivos.▪ Criar regimes simplificados e favoráveis para PME's.▪ Reduzir ou isentar IVA sobre bens essenciais.▪ Modernizar a administração tributária com tecnologias digitais.▪ Combater evasão fiscal e corrupção.▪ Promover educação fiscal e formalização gradual da economia informal.▪ Reforçar transparência na arrecadação e uso das receitas públicas.	11 (10 via WhatsApp; 1 via plataforma)
Recursos Naturais	<ul style="list-style-type: none">▪ Reforçar transparência e responsabilização na gestão dos recursos naturais.▪ Actualizar legislação sobre minas, petróleo e conteúdo local.▪ Garantir maior participação das comunidades na gestão dos recursos.▪ Promover distribuição mais equitativa das receitas para comunidades e províncias.- Defender maior controlo nacional e participação moçambicana na exploração.▪ Incentivar industrialização local e transformação interna dos recursos.- Legalizar e integrar mineradores artesanais.▪ Assegurar sustentabilidade ambiental e cumprimento das normas ecológicas.	18 (18 via WhatsApp; 0 via plataforma)

Área de Reforma	Principais Contribuições / Recomendações	Nº de Comentários
<p>Assuntos Constitucionais</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Reforçar separação e equilíbrio de poderes entre órgãos de soberania. ▪ Aprofundar descentralização e clarificar competências institucionais. ▪ Introduzir maior controlo sobre poderes presidenciais. ▪ Reforçar fiscalização parlamentar e judicial. ▪ Ampliar protecção de direitos fundamentais, incluindo direitos digitais. ▪ Promover igualdade de género e inclusão de pessoas com deficiência. ▪ Fortalecer independência dos tribunais e instituições de fiscalização. ▪ Garantir implementação efectiva da Constituição antes de novas revisões constitucionais. 	<p>4 (4 via WhatsApp; 0 via plataforma)</p>
<p>Assuntos Económicos</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Melhorar ambiente de negócios e reduzir burocracia. ▪ Simplificar processos de legalização de empresas. ▪ Criar incentivos fiscais ao investimento e empreendedorismo jovem. ▪ Melhorar infraestruturas, segurança jurídica e digitalização dos serviços. ▪ Promover industrialização, agro-processamento e produção nacional. ▪ Reforçar formação técnico-profissional e incubadoras de negócios. ▪ Ampliar protecção social para grupos vulneráveis. ▪ Promover inclusão económica de mulheres, jovens e grupos vulneráveis. 	<p>20 (19 via WhatsApp; 1 via plataforma)</p>
<p>Assuntos Eleitorais</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Rever legislação eleitoral para garantir maior credibilidade e transparência. ▪ Assegurar correspondência entre resultados das mesas e resultados finais. ▪ Reformar composição da CNE para reduzir influência partidária. ▪ Despartidarizar o STAE e fortalecer independência eleitoral. ▪ Criar tribunal eleitoral especializado. ▪ Digitalizar votação, contagem e apuramento de votos. ▪ Reforçar fiscalização e prevenir fraude eleitoral. ▪ Regular melhor financiamento político e uso de recursos públicos. 	<p>10 (10 via WhatsApp; 0 via plataforma)</p>

Relatório Mensal

28 de Abril – 28 de Maio de 2026

Área de Reforma	Principais Contribuições / Recomendações	Nº de Comentários
Reforma da Justiça	<ul style="list-style-type: none">▪ Reforçar independência e autonomia judicial.▪ Rever mecanismos de nomeação dos titulares dos órgãos judiciais.▪ Aproximar serviços de justiça das populações através de tribunais móveis.▪ Tornar legislação mais acessível aos cidadãos.▪ Reforçar mecanismos de denúncia e combate à corrupção.▪ Promover transparência com dados abertos e portais públicos.▪ Melhorar responsabilização e eficiência institucional.▪ Fortalecer acesso à justiça nas zonas rurais.	6 (6 via WhatsApp; 0 via plataforma)
Administração Pública e Despartidarização	<ul style="list-style-type: none">▪ Reforçar profissionalismo, mérito e neutralidade da Administração Pública.▪ Combater partidarização, nepotismo e favoritismo.▪ Garantir concursos públicos transparentes e baseados no mérito.▪ Criar júris independentes e mecanismos de fiscalização.▪ Digitalizar concursos e serviços públicos.▪ Reforçar ética, integridade e responsabilização institucional.▪ Melhorar eficiência administrativa e qualidade dos serviços públicos.▪ Rever normas administrativas para uso mais eficiente dos recursos públicos.	12 (11 via WhatsApp; 1 via plataforma)
Descentralização e Desconcentração	<ul style="list-style-type: none">▪ Aprofundar descentralização administrativa, política e financeira.▪ Clarificar competências entre Governadores, Secretários de Estado e Conselhos Executivos.▪ Reduzir sobreposição institucional e despesas públicas.- Garantir maior autonomia financeira dos governos locais.▪ Tornar mais transparentes os critérios de transferência de recursos.▪ Reforçar arrecadação de receitas locais.▪ Fortalecer participação cidadã e mecanismos de auscultação pública.▪ Melhorar inclusão dos cidadãos nos processos de governação local.	16 (15 via WhatsApp; 1 via plataforma)

Área de Reforma	Principais Contribuições / Recomendações	Nº de Comentários
<p>Reconciliação e Unidade Nacional</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Consolidar reconciliação nacional através do diálogo inclusivo. ▪ Garantir implementação efectiva dos acordos de paz. ▪ Promover inclusão de grupos marginalizados, incluindo mulheres ligadas ao DDR. ▪ Reforçar imparcialidade e confiança nas instituições públicas. ▪ Valorizar memória histórica, verdade e justiça. ▪ Promover educação cívica, humanismo e convivência pacífica. ▪ Reforçar mecanismos comunitários de mediação e prevenção de conflitos. ▪ Garantir maior equidade na distribuição de recursos e oportunidades. 	<p>14 (12 via WhatsApp; 2 via plataforma)</p>

4. Considerações Finais

De forma geral, a participação dos cidadãos no processo de consulta evidenciou níveis diferenciados de engajamento entre as diferentes propostas de reforma, reflectindo as prioridades, preocupações e expectativas dos participantes em relação ao futuro político, económico e social do país. Os dados revelam que os cidadãos demonstraram maior interesse por temas com impacto directo na sua vida quotidiana, particularmente aqueles relacionados com desenvolvimento económico, governação local, prestação de serviços públicos, segurança e inclusão social.

Observa-se que os Assuntos Económicos registaram o maior nível de contribuição, demonstrando um forte interesse dos cidadãos em matérias ligadas ao emprego, custo de vida, desenvolvimento económico, oportunidades para a juventude, protecção social e inclusão económica. Este resultado evidencia que as questões económicas continuam a constituir uma das principais preocupações da população, especialmente num contexto marcado por desafios socioeconómicos,

desigualdades e procura crescente por melhores condições de vida. A elevada participação nesta área sugere igualmente que os cidadãos esperam que o processo de reformas contribua para respostas mais concretas às necessidades económicas e sociais das comunidades.

De forma transversal, os resultados demonstram um envolvimento consistente dos cidadãos nas diferentes áreas temáticas, com destaque para preocupações relacionadas com governação, justiça social, transparência institucional, inclusão económica, participação política e melhoria das condições de vida. O padrão observado sugere que os participantes tendem a priorizar propostas com impacto directo no seu quotidiano, sem descuidar o interesse em reformas estruturais necessárias para o fortalecimento das instituições democráticas e consolidação do Estado de Direito.

Os dados demonstram igualmente o potencial das ferramentas digitais como mecanismos eficazes de participação cidadã e auscultação pública. A plataforma “Cidadão Participa” permitiu ampliar os espaços de diálogo entre cidadãos e processos de tomada de

Relatório Mensal

28 de Abril – 28 de Maio de 2026

decisão, promovendo maior inclusão de diferentes segmentos sociais e geográficos no debate nacional. O facto de o chatbot de WhatsApp ter registado maior utilização reforça a importância de soluções tecnológicas acessíveis, simples e adaptadas aos hábitos de comunicação da população, particularmente em contextos de desigualdade no acesso à internet e dispositivos digitais.

Em termos gerais, o processo de consulta reforça a relevância da

plataforma “Cidadão Participa” como instrumento de recolha sistemática de contribuições cidadãs, permitindo identificar prioridades sociais e políticas, tendências de opinião pública e principais expectativas dos cidadãos em relação às reformas em debate no país. Os resultados alcançados demonstram igualmente a importância de continuar a investir em mecanismos participativos, educação cívica digital e fortalecimento da cultura de diálogo democrático inclusivo em Moçambique.

Financiado por



Parceiros



IMD – Instituto para Democracia Multipartidária

Av. Lucas Elias Kumato nº 61, Bairro da Sommershield, Maputo/Moçambique
Escritório: +258 84 306 6565 | imd@imd.org.mz | www.imd.org.mz